

REVISTA
FILOSÓFICA
DE
COIMBRA

vol. 23 - número 45 - março 2014

vol. 23 - número 45 - março 2014

Fundação Eng. António de Almeida



tilham a convicção de que a compreensão do humano não pode descartar a tradição que nos chega e nos toca através da linguagem e do *muthus* configurador do mundo que abre à refiguração orientadora da acção.

Na via de uma demonstração fundamentada deste acordo de fundo, estudará a autora algumas das categorias fundamentais da hermenêutica de P. Ricoeur, como sejam, por exemplo, as de “mundo do texto” (pp. 65 e ss), “identidade narrativa” (pp. 101 e ss), ou aquelas que são desenroladas pela rede conceptual que, no contexto de uma releitura do trabalho de Aristóteles sobre a *mimesis* da praxis, o filósofo de Valence medita através da tríade “pré-figuração”, “configuração”, “refiguração” (pp. 85 e ss). No contexto de tal estudo, a autora evidencia com acuidade que a reflexão ricoeuriana permite uma compreensão mais clara e sustentada da *hermenêutica heterodoxa* de Lourenço, em particular no que concerne ao modo como o filósofo português pensa a identidade cultural portuguesa a partir de um imaginário literário, mítico e simbólico próprio, que se deve entender como renovadamente apropriado de modo complexo. Neste ponto se encontra, parece-nos, um dos traços mais originais deste estudo.

É pois num colóquio alargado em redor da identidade, da memória, da linguagem e do imaginário que, na diferença de estilos, na distância de explicitações teóricas e de caminhos de reflexão, estes dois vultos do pensamento contemporâneo se “encontram”. Como a autora anota de forma certa, no fundo esse encontro é firmado no campo da investigação do sentido do homem e da sua história – sentido do homem e sentido da história que “só podem captar-se na grande digressão dos signos da humanidade depositados nas obras de cultura, sobretudo articulados e trazidos até nós pela literatura” (p. 129), que permanece esse enorme laboratório de possibilidades de sentido capaz de ordenar e significar a praxis temporal de múltiplas maneiras.

Luís António Umbelino

Vicki Müller-Lüneschloß: *Über das Verhältnis von Natur und Geisterwelt. Ihre Trennung, ihre Versöhnung, Gott und den Menschen. Eine Studie zu F. W. J. Schellings »Stuttgarter Privatvorlesungen« (1810) nebst des Briefwechsels Wangenheim-Niederer-Schelling der Jahre 1809/1810, Frommann Holzboog, Stuttgart-Bad Cannstatt, 2012, 316 pp.*

O livro de Vicki Müller-Lüneschloß, intitulado *sobre a Relação da Natureza com o Mundo Espiritual*, resulta de uma tese de doutoramento defendida na Universidade Ludwig-Maximilian de Munique em 2009, e apresenta um estudo sobre as denominadas *Lições de Stuttgart (Stuttgarter Privatvorlesungen)* que F. W. J. Schelling proferiu nessa cidade, em privado, de Fevereiro a Outubro de 1810.

Vicki Müller-Lüneschloß apresenta um percurso filológico e interpretativo destas Lições, inserindo-as no contexto da obra de Schelling e do ambiente intelectual que as envolveu. O livro divide-se, em consequência, em duas partes principais: a primeira, de cariz filológico; a segunda, com contornos histórico-filosóficos e hermenêuticos. A primeira parte estuda a filologia do texto das Lições, expõe o seu contexto biográfico e intelectual e conclui com um anexo, onde são editadas pela primeira vez várias cartas de ouvintes e amigos de Schelling acerca das suas Lições e temas correlatos. A segunda parte segue a divisão tripartida das próprias Lições de Schelling, partindo de uma abordagem metafísica e ontoteológica, passando pela filosofia da natureza e concluindo com o estudo da perspectiva de Schelling acerca do mundo espiritual.

Trata-se, neste momento, da monografia mais completa acerca das *Lições de Stuttgart*, texto até hoje relativamente descurado pelo comentário histórico-filosófico, descuido que a autora explica pelo estatuto aparentemente secundário das *Lições* em relação às *Investigações sobre a Liberdade Humana (Freiheitsschrift)*, de 1809, e as *Idades do Mundo*, cuja redacção se iniciou provavelmente em 1812.

Destas *Lições* conhecem-se duas versões. Uma, baseada no manuscrito já desaparecido, do punho do próprio Schelling, editada em 1860, no volume 7 das *Obras Completas*, pelo filho do autor, Karl F. A. Schelling. A outra, uma cópia feita por um dos ouvintes, Friedrich vom Georgii, em casa de quem foram proferidas as *Lições*, foi destruída juntamente com todo o espólio de Schelling no incêndio da Universidade de Munique que se seguiu ao bombardeamento aéreo de 13 de Julho de 1944. Cerca de 1954, porém, uma cópia deste manuscrito de Georgii foi encontrada nos Arquivos do Editor Cotta, em Marbach, sendo editada pela primeira vez somente em 1973 por Miklos Vetö.

Dispomos assim, hoje, de duas versões que em muito se complementam, deste belíssimo texto do idealismo romântico, que Vicki Müller-Lüneschloß caracteriza principalmente como “melancólico” (cf. pp. 19, 255, 261), e considera profundamente marcado pela morte de Carolina Schlegel, em 1809. Schelling expõe, em menos de uma centena de páginas, um sistema perfeitamente concluso, de tal modo que, como comentava um dos ouvintes, “tudo foi exposto, nada ficou de fora” (p. 113). Este texto marca a passagem para a filosofia tardia de Schelling, mantendo-se em certa medida dependente da *Freiheitsschrift* e do sistema da identidade, mas permitindo também observar a passagem para as concepções tardias, centradas sobre a origem da temporalidade, a pulsão, a vontade e o não-racional. Assim, a parte inicial da exposição, que expõe as grandes definições metafísicas do autor, encontra-se influenciada pela filosofia da identidade, defendida por Schelling a partir de 1801, sobretudo na forma da exposição. Conforme enuncia a autora: “mostrar-se-á, no que se segue, em que medida as *Lições* estão ainda, quanto à forma, orientadas pelo sistema da identidade, quanto ao conteúdo filosófico, em contrapartida, ligada aos pensamentos da *Freiheitsschrift*, e em que medida os conduzem mais além, na direcção da obra metafísica capital, as *Idades do Mundo*” (p. 17).

O livro argumenta que a passagem de Schelling, do seu Fichteanismo inicial para um renovado Espinosismo (p. 141) com a filosofia da identidade, torna problemática uma concepção pessoal de Deus e da liberdade humana. É este problema que o conduz, em 1809, à formulação de uma “nova concepção do absoluto” (pp. 139, 143), que permite manter a posição Espinosista, mas conciliada com a personalidade e a liberdade. Esta nova concepção permite-lhe pois tanto restabelecer a personalidade de Deus quanto restaurar a liberdade humana, como liberdade para o bem e para o mal (p. 212). É esta nova concepção do absoluto e da liberdade que chega finalmente a uma exposição sistemática nas *Lições de Stuttgart*, complementando-se, assim, a parte real da filosofia, a filosofia da natureza, já exposta desde 1797, com a parte ideal, a filosofia do espírito. A novidade metafísica em relação à filosofia da identidade é que a diferença entre real e ideal não mais é exposta a partir da diferença entre sujeito e objecto, mas entre ente e não-ente. Este último passa a ser entendido como a negatividade fundamental do ente, ou seja, a característica do ser na sua distinção em relação a todo o ente (p. 145). Metafisicamente, a conhecida diferença da *Freiheitsschrift*, entre o fundamento e a existência, é agora tematizada principalmente como diferença entre ser, ou não-ente, e ente. Cada um destes é dotado da sua vontade ou pulsão própria, mas não como dois elementos cindidos em si, o que configuraria, segundo Schelling, um sistema de “dilaceração e desespero”, que recusa, mas como princípio de uma mesma unidade fundamental que se auto-diferencia.

Após a exposição dos princípios metafísicos desta fase de transição do pensamento schellinguiano, a autora volta-se para a filosofia da natureza mostrando como a exposição das *Lições de Stuttgart*, onde a natureza se acha dividida nas potências da gravidade, da luz e do organismo (pp. 195, 200), estão essencialmente dependentes do chamado *Sistema de Würzburg*, de 1804.

A psicologia e a antropologia descritas, por sua vez, são, nas *Lições*, completamente novas (p. 211). Esta novidade da antropologia parece derivar justamente do assumir do mal e do negativo como uma possibilidade essencial de todo o ente, na *Freiheitsschrift* (p. 228). Entre as concepções mais impressivas das *Lições* estão, já na parte da filosofia do espírito, as consequências para a natureza do mal antropológico. Também a natureza é afectada pelo mal presente no homem, de tal modo que a determinação originária que recebeu na criação, onde estava em conciliação com o espírito, é destruída e substituída por um “mundo próprio” natural, que se separa violentamente do mundo espiritual (p. 241). As *Lições* expõem ainda uma concepção negativa do estado e da igreja, presos em última instância à contradição de buscar por meios físicos um resultado espiritual, resultado que é a unidade entre real e ideal, entre natureza e espírito.

Não obstante a projecção por Schelling de uma reconciliação final numa “terceira potência” (p. 291) da história, além das potências, actuais e possíveis, da dominação do real ou do ideal, Vicki Müller-Lüneschloß conclui com o enunciado da tónica profundamente negativa da obra, onde, segundo ela, “se assinala uma clara viragem para o negativo e o trágico” (p. 289).

Permitindo que se veja muito da força das ideias e do interesse filosófico e histórico das *Lições de Stuttgart*, o livro de Vicki Müller-Lüneschloß é uma excelente ocasião para aceder a esta obra menos conhecida de Schelling, tanto da perspectiva filológica quanto da perspectiva histórico-conceptual. Constitui por isso, sem qualquer dúvida, um elemento importante para uma bibliografia schellinguiana actualizada.

Diogo F. Ferrer